

O teto de pagamento será o salário de ministro do STF, quando o fundo de previdência privada fechada for de empresa pública ou de economia mista

Projeto de Lei Complementar ([PLP 223/16](#)) em tramitação na Câmara dos Deputados limita o valor recebido pelos beneficiários de fundo de previdência privada fechada, quando a patrocinadora for empresa pública ou empresa de economia mista.

A medida propõe que o valor máximo do benefício seja o teto previsto na Constituição, que tem como referência os salários dos ministros do Supremo Tribunal Federal.

O autor, deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS), afirmou que a CPI dos Fundos de Pensão apurou várias irregularidades em entidades que deveriam assegurar a complementação ou aposentadoria de empregados. “Criaram situações que permitiram a concessão de benefícios em valores astronômicos que ultrapassam o bom senso, colaborando para a fragilização de todo um sistema construído para trazer desenvolvimento econômico e fazer justiça social”, criticou.

Pompeo de Mattos destacou que ocorrem situações em que o recebimento de gratificações, por um curto período, pode gerar o direito ao recebimento destes valores como benefícios, o que compromete o equilíbrio financeiro da entidade.

“Essa proposta visa estabelecer um limite para o pagamento de benefício pelas entidades de previdência fechadas e não um limite de remuneração ou qualquer restrição na atual política de vencimentos praticados pelas empresas públicas ou de economia mista aos seus empregados”, explicou o deputado.

Tramitação

Antes de ser votado no Plenário, o projeto será analisado pelas comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e de Finanças e Tributação.

Fonte: [Agência Câmara Notícias](#), em 02.06.2016.